

Avaliação externa das escolas passa a ter em conta origem dos alunos

Modelos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Ciência dão conta de que a idade dos estudantes é uma das variáveis que mais contribuem para a variação dos seus resultados

Educação

A avaliação externa das escolas do ensino básico e secundário está já a ser feita também com base no valor que é esperado cada uma obter em termos de resultados escolares tendo em conta o contexto económico, social e cultural do meio onde insere e de onde provêm os seus alunos. O modelo, que começou a ser experimentado no ano passado, foi agora aperfeiçoado para ser utilizado a partir deste mês nos 152 agrupamentos e escolas não agrupadas que este ano lectivo serão sujeitos a avaliação externa.

Esta é uma das principais mudanças implementadas para o 2.º ciclo da avaliação externa das escolas que decorrerá até 2015. No 1.º ciclo, que se prolongou entre 2006 e 2011, era fornecida aos avaliadores externos informação sobre o contexto da escola, reproduzida depois nos relatórios de avaliação, mas estes dados não eram aplicados na interpretação dos resultados obtidos pelas escolas.

Agora, estas passarão a ser avaliadas tendo em conta um valor esperado calculado para cada uma pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em função do seu perfil. É com este valor que serão comparados os resultados obtidos em cada escola nos exames nacionais. Com esta metodologia, a avaliação externa das escolas a cargo da Inspeção-Geral de Educação e Ciência tenderá “para resultados mais objectivos, porque vai permitir comparações a nível nacional” entre escolas situadas em contextos similares, sublinhou ao PÚBLICO José Augusto Pacheco, coordenador de um projecto de investigação em curso na Universidade do Minho sobre os impactos da avaliação externa das escolas do ensino não superior.

Ao propiciar também uma “interpretação dos resultados com base no contexto vai permitir que se identifique quem melhor as escolas que devem fazer mais e aquelas que já estão a fazer muito mais do que era esperado tendo em conta o meio em que

estão inseridas”, acrescenta. “Esta alteração vai traduzir-se numa maior justiça em relação ao trabalho das escolas”, corrobora Manuel Pereira, presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares e director do Agrupamento de Escolas de Cinfães, um dos que serão avaliados este ano, frisando que quando se avalia “as escolas com base nos mesmos parâmetros não se ressalva a mais-valia que estas podem ter para os alunos”. “Já aconteceu algumas terem ficado mal classificadas na avaliação não obstante o trabalho espantoso que realizaram com os seus alunos”, lembra.

À semelhança do modelo que a Universidade Católica do Porto elaborou para os últimos rankings do PÚBLICO, a DGEEC dividiu os agrupamentos em função do seu contexto, tendo isolado três grandes grupos (*clusters*) com base em três características: escolaridade das mães e pais; proporção de alunos que beneficiam de Acção Social Escolar e distribuição de estudantes por níveis (básico e secundário) e modalidades de ensino (ensino regular e não regular).

Os valores esperados em cada *cluster* foram depois calculados para cada ano de final de ciclo, tendo sido levadas em conta variáveis como a idade média dos alunos, a proporção de alunos que não beneficiam de apoios sociais, a percentagem de estudantes do sexo feminino e a média do número de alunos por turma. Segundo a DGEEC, “a variável idade revelou-se como uma das que mais significativamente contribuíram para explicar a variabilidade nos resultados dos alunos”. O Conselho Nacional de Educação alertou recentemente para o facto de o desfasamento etário de muitos alunos, em resultado dos chumbos, continuar a ser uma marca do sistema português, tendo apelado a “uma mudança profunda na atitude dos professores e das escolas face ao insucesso dos seus alunos”. As bases de dados dos exames nacionais têm permitido verificar que quanto mais velhos piores os resultados obtidos.



As bases de dados dos exames nacionais têm permitido verificar que quanto mais velhos são os alunos piores

Em Inglaterra há uma espécie de grande lupa sob

Andréia Santos

Desde o início dos anos 1990 que no Reino Unido se publicam listas de escolas que procuram dar conta do que são os seus resultados. Já nos anos 2000 foram aperfeiçoadas as chamadas “medidas de valor acrescentado”. Hoje, as *performance tables* permitem responder a três perguntas essenciais: qual o desempenho dos alunos de distintos contextos sociais e económicos, como é que esse desempenho evoluiu de um ciclo de escolaridade para o outro e como se comporta cada escola em relação à média?

Os últimos resultados são de Dezembro e mostram que apenas 521 escolas primárias inglesas ficaram aquém do esperado. Isto significa uma melhoria do cenário, noticiou

a BBC. No ano anterior, 1310, das 14 mil que existem em Inglaterra, tinham ficado aquém do esperado. Os resultados baseiam-se, neste caso, no desempenho dos alunos nos testes a Inglês e Matemática (os Sats).

No ensino básico, entende-se que escolas onde menos de 60% dos alunos atinjam o nível 4 nos Sats não estão a cumprir. No secundário, as percentagens são outras e também é suposto que haja determinados progressos, em termos de notas obtidas, de um ciclo de escolaridade para o seguinte. O essencial é isto: estabelecem-se metas, fazem-se comparações e, para o Governo, a melhoria dos resultados mostra que as escolas aceitaram o desafio.

Inicialmente, apenas os *media* usavam os dados que iam sendo disponibilizados para produzir rankings. Actualmente, no *site* do Department

of Education é possível encontrar, para cada escola, informação como esta: custo de cada aluno; proporção de alunos elegíveis para o programa *Free School Meals*; o salário médio dos professores que trabalham a tempo inteiro na escola; o rácio professor/alunos. É possível perceber como se estão a sair as crianças mais pobres em relação às mais pobres de outras escolas, noutros pontos da cidade ou do país; ou como se estão a sair as crianças com notas mais altas em relação às melhores de outros estabelecimentos.

A ideia é: cada vez mais informação e mais pormenorizada. Em 2012 acrescentaram-se vários dados, como a percentagem de alunos que faltam muito às aulas. Em 2013, as listas deverão incluir informação sobre o destino dos alunos no final do secundário – em termos de empre-

DANIEL BOCHA

Avaliação externa dos colégios

Ministério afirma que não tem dados

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) está a elaborar um regime jurídico com vista a estender a avaliação externa também às escolas do ensino particular e cooperativo, revelou ontem o gabinete de comunicação em resposta a questões do PÚBLICO. A avaliação externa, iniciada em 2006, está a cargo da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) e até agora só foi realizada em escolas públicas.

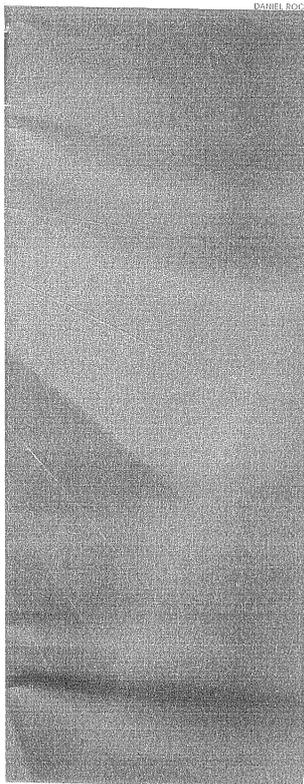
Apesar de não estarem sujeitas a avaliação externa, a IGEC tem realizado auditorias em colégios, estando previstas para este ano mais de cem intervenções, acrescentou o gabinete de comunicação do MEC.

Tanto o Conselho Nacional de Educação como o grupo de trabalho que propôs o novo modelo de avaliação para a IGEC já tinham aconselhado o MEC a incluir as escolas particulares no universo sujeito a avaliação externa, propondo que tal fosse já implementado no actual ciclo avaliativo, que se prolonga até 2015.

Segundo o MEC, tal não foi ainda possível porque o ministério "não tem acesso ao mesmo género de dados" dos obtidos no ensino público, o que tem impedido "criar uma ferramenta semelhante de avaliação".

Em Outubro, em conjunto com as bases de dados dos exames nacionais, o MEC divulgou pela primeira vez indicadores socioeconómicos das escolas públicas. Na altura esclareceu que os colégios, mesmo os que são financiados pelo Estado, não fornecem estes dados.

Os indicadores de contexto vão passar agora a ser levados em conta na avaliação dos resultados obtidos pelas escolas. **C.V.**



Os resultados obtidos

em cada escola

gabilidade. Outros cálculos estão a ser aperfeiçoados.

Os rankings não são, contudo, pacíficos. Em 2001, o País de Gales e a Irlanda do Norte aboliram-nos. Em 2003 foi a vez de a Escócia tomar medidas. Um estudo publicado em 2012, da Universidade de Bristol, defende que no País de Gales houve, com o fim das comparações, uma deterioração da qualidade das escolas que estavam habitualmente mais mal colocadas. Já um artigo publicado em 2009 pela Royal Statistical Society desmonta a utilidade de tudo isto para os pais que se baseiam nas listas para escolher a escola dos filhos. A tese é: os resultados dos alunos são fruto de um percurso que começou vários anos antes, numa escola; as *performance tables* retratam o que a escola foi nesses anos. Não o que vai ser quando os filhos lá estiverem.